



MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics

ISSN: 2318-0811

ISSN: 2594-9187

Instituto Ludwig von Mises - Brasil

Böhm-Bawerk, Eugen von
Valor, Custo e Utilidade Marginal - Parte III*
MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics, vol. 4, núm. 1, 2016, Janeiro-Junho, pp. 71-82
Instituto Ludwig von Mises - Brasil

DOI: 10.30800/mises.2016.v4.821

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=586364159005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Valor, Custo e Utilidade Marginal – Parte III*

*Eugen von Böhm- Bawerk***

Resumo: Neste artigo, de importância fundamental para a compreensão do posicionamento histórico dos economistas austríacos com respeito à relação entre valor, custo e utilidade marginal, o autor responde a críticas elaboradas por Heinrich Dietzel contra os teóricos do valor marginal. O autor também discute a situação científica da teoria do valor no final do século XIX.

Palavras-Chave: Economia Austríaca, Teoria do Valor Marginal.

Value, Cost, and Marginal Utility - Part III

Abstract: In this article of fundamental importance to the comprehension of the historical stance of the Austrian economists concerning the relationship between value, cost, and marginal utility, the author answers to the criticism elaborated by Heinrich Dietzel against the theorists of the marginal value. The author also discusses the scientific status of the theory of value at the end of the 19th century.

Keywords: Austrian Economics, Marginal Value Theory.

Classificação JEL: B53, B519.

* O presente artigo apareceu originalmente nos anuários de Conrd, *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, Dritte Folge, Dritter Band (Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1892), p. 321-367. O texto original em alemão foi traduzido para o inglês por George Reisman. Os números em colchetes referem-se à paginação no texto original. As duas primeiras partes do trabalho foram publicadas nas edições anteriores do periódico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*.

Traduzido da versão em inglês para o português por Ligia Maria Filgueiras.

** **Eugen von Böhm-Bawerk** nasceu em 12 de fevereiro de 1851 na cidade de Brno, na região da Morávia, no Império Austro-Húngaro. Estudou direito na Universidade de Viena, por onde se formou no ano de 1872. Trabalhou entre os anos de 1872 e 1880 no Ministério das Finanças do Império Austro-Húngaro, no qual ocupou diversos cargos. Lecionou na Universidade de Innsbruck entre 1881 e 1888, e na Universidade de Viena em 1880 e de 1904 a 1914. Foi embaixador austríaco na Alemanha em 1897. Ocupou, em três ocasiões distintas, o cargo de ministro das finanças, sendo o titular da pasta em 1895, de 1897 a 1898 e de 1900 a 1904. É autor da obra monumental *Kapital und Kapitalzins* [Capital e Juros], publicada em três volumes, respectivamente, em 1884, 1889 e 1909. Em língua portuguesa, dentre seus inúmeros trabalhos, encontra-se disponível apenas o livro **A Teoria da Exploração do Socialismo Comunismo** (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010). Faleceu no dia 27 de agosto de 1914 na cidade de Viena.

VI – O QUE É “MAIS DECISIVO”: OS CUSTOS OU A UTILIDADE MARGINAL?

Acredito que no caso de Heinrich Dietzel (1857-1935) outra ideia ainda, cuja sustentabilidade fundamental temos que examinar, colaborou para formar a impressão de que os custos são o motivo básico da determinação do valor, mais fundamental que a utilidade marginal.

Em outras palavras, o nível da utilidade marginal não é, de modo algum, um fato fundamental, sem causa, mas, como nós, teóricos do valor marginal salientamos, é determinado pela relação prevalecente entre a demanda e a oferta. E o volume da oferta é, por sua vez, como defendem os teóricos do valor marginal assinalam com toda precisão e ênfase necessárias, em grande parte determinado pela circunstância das condições de produção, pela dificuldade de realização ou, como se diz em síntese, pelos custos de produção¹. Consequentemente – ao que parece –, dado que de fato ajudam a determinar a própria utilidade marginal, os custos são uma base mais primária ou fundamental para o valor do que a utilidade marginal, que é por eles influenciada.

Este argumento, a que alude Dietzel repetidamente², é, à primeira vista, tão marcante

que compreendo perfeitamente que os teóricos que não observam com absoluta precisão podem considerar e acreditar que a questão está plenamente decidida com base apenas nisso. Que poderiam fazê-lo, apesar de todas as objeções – admitindo-se também não terem sido claramente vistas por eles – que [353] surgem contra a concepção dos custos como o “regulador fundamental do valor”, ainda assim são mais fáceis de combater do que o fato flagrante de que os custos são uma base da utilidade marginal e, portanto, um determinante mais fundamental do valor do que a utilidade marginal.

Se, no entanto, o leitor tiver a gentileza de prestar uma atenção um pouco mais sutil ao assunto, o argumento logo perderá seu extraordinário poder.

Acima de tudo, é preciso deixar claro em que sentido é de qualquer modo apropriado citar *uma* única circunstância – quer seja “utilidade marginal” ou “custos” – como o fator “fundamental” ou “regulador final” do valor. Tal declaração não pode nunca significar que se poderia literalmente designar o último elo da cadeia de causas e efeitos que conduz ao valor dos bens. Pelo contrário, é óbvio que a “utilidade marginal”, bem como os “custos”, são e só podem ser apenas os membros intermediários da referida cadeia causal; membros intermediários que são eles mesmos determinados por meio de várias circunstâncias ocorridas ainda mais para trás. A utilidade marginal, por exemplo, como foi dito, é determinada pela relação entre a demanda e a oferta. A demanda, por sua vez, é determinada por uma variedade de fatores de natureza fisiológica, moral, cultural, histórica. A oferta é determinada por fatores da natureza, da tecnologia, do desenvolvimento intelectual, da organização social, das relações jurídicas e de propriedade, e assim por diante.

De modo inteiramente análogo, entretanto, os “custos” também não são um fator determinante, mas são, por sua parte, determinados ainda, por exemplo, entre outras coisas, pela

¹ Com toda a ênfase e clareza sistemática, designei os custos de produção como um determinante muito importante da “quantidade de bens disponíveis” ou da oferta. BÖHM-BAWERK, Eugen von. Grundzüge der Theorie des wirtschaftlichen Güterwerts. *New series*, vol. 1, p. 503f., 534, etc., p. 521, 532, e repetidamente. Este reconhecimento nunca foi “inconveniente” para mim, como Dietzel imputa a nós, teóricos do valor marginal (DIETZEL, Heinrich. Die klassische Werttheorie und die Theorie vom Grenznützen. *New series*, vol. 20, p. 561–606. p. 598), nem nunca tentei ficar “rapidamente livre dele”!

² Por exemplo, DIETZEL. Die klassische Werttheorie und die Theorie vom Grenznützen, p. 597, onde Dietzel cita uma frase de Jevons de acordo com a qual o trabalho influencia a oferta e a oferta influencia, por sua vez, o grau de utilidade e assim o valor, e então acrescenta a observação: “Só posso interpretar dessas frases que o trabalho, na medida em que determina o volume da oferta, é a causa primária da dimensão do

valor”. Semelhantemente, *ibid.*, p. 598 e repetidamente.

riqueza natural nas condições de produção, pela produtividade da terra e assim por diante, e pela evolução tecnológica. Estes fatores são determinados, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento intelectual, pelo tamanho da capacidade dos produtores para o trabalho e pelo desejo de trabalhar. Estes, por sua vez, são determinados em parte pela capacidade natural, em parte pela educação e pelo treinamento. Estes, ainda por sua vez, são determinados pela organização social e gerencial, pelas condições gerais do sistema de ensino profissional, e assim por diante, quase sem fim.

Quando, por outro lado, através de uma chamada lei do valor, designa-se *uma* circunstância como a base do valor, isso só pode significar que se escolhe um elemento intermediário especialmente importante da cadeia causal quase infinita que conduz ao valor dos bens como o efeito final. Ou seja, aquele componente intermediário no qual há o efeito de todas as múltiplas causas reais determinantes que se encontram ainda mais atrás, que finalmente se reúnem como no ponto focal de uma lente. Aplicado ao caso da utilidade marginal, isto significa que a magnitude do valor de um bem é determinada – se nosso modo de ver está correto – primeiro pela importância da “necessidade dependente” que, por sua vez, é determinada como a “última necessidade ainda coberta”, ou como a “utilidade marginal”. Nisto temos o efeito de todas as circunstâncias complexas que indiretamente influenciam o valor – gosto, moda, condições de produção, e assim por diante – finalmente, todos juntos, em uníssono: todas estas e milhares de outras [354] circunstâncias influenciam o valor na medida em que primeiro influenciam a utilidade marginal. Se, entretanto, voltamos ainda a uma etapa anterior, já não podemos designar uma causa do valor, mas temos que designar pelo menos duas – a demanda e a oferta – e se formos ainda mais atrás, talvez 10, 20, ou 100 causas colaboraram.

Portanto, a partir do fato de que a própria utilidade marginal, afinal, tem causas que estão mais atrás, absolutamente nada sucede contra a justificativa de explicar a utilidade

marginal como a causa que rege o valor dos bens, da forma como fazemos. Mais propriamente, a questão que reside na controvérsia entre mim e Dietzel refere-se apenas ao seguinte ponto. Na cadeia de explicações, que conduzem de mil causas concretas, indiretas, ao valor dos bens, os “custos” estão do lado de cá ou do lado de lá do membro intermediário “utilidade marginal”?

Ao fazer esta pergunta, devemos evitar uma ambiguidade que se associa facilmente à palavra “custos” e que Dietzel me parece não ter evitado inteiramente. Ou seja, o que queremos entender aqui por “custos”? Meramente *as condições técnicas de produção* ou antes *a soma dos valores* que os bens de produção a serem consumidos representam? A produção de um casaco custa, por exemplo, 2 metros de tecido e 7 horas de trabalho, e um metro de tecido custa 5 florins e uma hora de trabalho custa 20 kreuzer. Ora, queremos nessa questão relativa à explicação do valor do casaco referirmo-nos apenas ao fato técnico de que sua produção custa 2 metros de tecido e 7 horas de trabalho, ou, ainda, ao fato seguinte de que um metro de tecido custa 5 florins, e uma hora de trabalho, 20 kreuzer, e, portanto, a despesa de toda a produção custa 11 florins 40 kreuzer?

A resposta será exatamente o contrário, dependendo de se fazemos a pergunta num sentido ou noutro. Se nos referimos ao *valor* dos bens de custo, isto, naturalmente, será determinado, reconhecidamente, pela utilidade marginal dos bens de custo. Os “custos” neste sentido, portanto, em princípio, não podem ser usados na explicação da utilidade marginal porque eles próprios devem primeiro ser explicados com base na última. Em toda a cadeia de explicações, seu lugar é entre o valor dos produtos e a utilidade marginal, não antes da última. São *menos* “finais” do que ela.

Se, entretanto, quisermos nos referir apenas aos fatos técnicos da produção, então está inteiramente correto que ajudam a determinar a utilidade marginal. Por exemplo, quanto menos custar o tecido e o trabalho para a produção de um casaco, mais casacos, naturalmente, podem-se produzir com os meios de produção

disponíveis. Assim mais completamente poderá ser satisfeita a necessidade de agasalho. E assim, tudo o mais permanecendo constante, mais baixa será a utilidade marginal de um casaco. As condições técnicas de produção são, conseqüentemente, sem dúvida, uma causa do valor dos bens, situando-se anteriormente à utilidade marginal, uma causa “mais determinante”.

[355] Entretanto, não se pode ignorar o fato de que estas condições técnicas de produção não são simplesmente os “custos” que funcionam como um regulador do valor. Como já sabemos e o próprio Dietzel admitiu claramente a respeito da minha investigação, o valor dos bens não é simplesmente regulado pelas relações técnicas de produção ou pelas despesas de produção técnica – por exemplo, pela quantidade de trabalho ou matéria-prima a serem empregados – mas depende do valor total das despesas de produção. O lado técnico da produção não é, em si e por si mesmo, de modo algum, um regulador autossuficiente completo do valor, mas apenas um simples determinante secundário do valor, requerendo a cooperação de outros determinantes para completar a determinação do valor, por exemplo, as condições de demanda. Em face da mesma despesa técnica, o valor de um produto pode ser, de fato, extraordinariamente diferente, dependendo da demanda do produto e também dos bens de custo a serem gastos, porque a utilidade marginal e o valor dos últimos são, correspondentemente, diferentes.

Qual a consequência disso para a nossa pergunta? Se se aplicar isso aos custos no sentido de que poderiam constituir um regulador completo do valor, isto é, no sentido dos custos como uma soma de valores, aparecem como menos determinantes do que a utilidade marginal. Se, por outro lado, se aplicar a pergunta apenas às despesas de produção técnica – que, sem dúvida, na cadeia explicativa é anterior à utilidade marginal – então esse não é, de novo, o “regulador do valor” ao qual faz-se referência na lei dos custos. Portanto, estes custos que Dietzel tem determinando o valor em sua lei dos custos não são, de modo algum, mais determinantes do que a utilidade marginal.

No entanto, de onde vem a tão sedutora aparência contrária, da qual eu falei no começo da seção? Depois das discussões realizadas, é muito fácil chegar-se ao seu ponto essencial. Vem simplesmente de uma confusão dialética muito sedutora dos dois significados da palavra “custos”. Ou seja, primeiro, com relação a esse termo, se pensa apenas nas condições técnicas de produção e tem-se a impressão absolutamente correta de que é um fato elementar, um fato mais determinante do que a utilidade marginal. E então, sem se perceber, resvala-se para o outro significado – custos como uma soma de valores – e, erroneamente, atribui-se a supremacia certamente devida às condições técnicas de produção aos custos como o “regulador de valor”.

Acredito que Dietzel também sucumbiu a esta, como eu disse, ilusão dialética muito sedutora. Repetidas vezes, acusa-nos, teóricos do valor marginal, do *peccatum originis* [pecado original]³ de que, no desenvolvimento de nossa teoria, “sempre pensamos só em produtos acabados, nunca nas condições de produção”, e que calculamos com *determinadas ofertas* de produtos. [356] Para alguém realmente versado em nossa teoria, não preciso primeiro refutar esta crítica que, casualmente, Robert Zuckerkandl (1856-1926) já havia rejeitado⁴. De minha parte, quero apenas acrescentar uma observação a ela. Isto é, não seria, ao contrário, um *peccatum originis fatal* presente em Dietzel? O velho dogma gostava de conceber os “custos” como um valor determinado fixado pelas condições predominantes da tecnologia de produção e afins e, portanto, dispensando explicações posteriores. Ou seja, aderiria ao que nós designamos acima como a primeira variante da teoria do custo⁵. Dietzel também aparentemente cresceu nesta concepção. Mais

³DIETZEL, Heinrich. Zur klassischen Wert- und Preistheorie. *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*. Dritte Folge, Vol. 1 (56), No. 5 (1891): 685-707. p. 686, nota 4.

⁴DIETZEL. Die klassische Werttheorie und die Theorie vom Grenznutzen, p. 514 s.

⁵Veja acima, p. 25 s. [330 s.].

tarde, sem dúvida, aprendeu a teoria da utilidade marginal e levou dela, entre outras coisas, o reconhecimento de que o valor dos bens de produção é também um elemento do nível dos custos e, naturalmente, um elemento que não é, de modo algum, dado, mas que primeiro tem de ser explicado com base na utilidade marginal. Entretanto, declarava este reconhecimento mais da boca para fora do que admitia para si mesmo. Dificilmente terá sido mero acaso que, em seu primeiro tratado polêmico, a influência do *valor* dos bens de produção no nível dos custos tenha passado em silêncio na maioria esmagadora das passagens, e apenas a quantidade do trabalho e afins apresentados como valor determinante. Em resposta à minha pergunta explícita, Dietzel, na verdade, em seu segundo tratado, atribuiu agora o papel decisivo do valor dos bens de custo, uma admissão que é incompatível com considerar os custos como um valor já dado. No entanto, por dentro, dificilmente terá se livrado da concepção costumeira e com satisfação retorna a ela e particularmente, acredito, na base dela a impressão permaneceu – como um verdadeiro *peccatum originis* – de que na relação entre a utilidade marginal e os custos, os custos devem ser o elemento mais sólido, mais decisivo.

VII – A RELAÇÃO ENTRE O VALOR DOS BENS DE PRODUÇÃO E O VALOR DOS PRODUTOS

Como observado diversas vezes, os fatos não estão realmente na discussão entre mim e Dietzel. Na verdade, ambos igualmente ensinamos o que são questões de fato na lei dos custos. Ao invés, a discussão vai para o curso da conexão causal: onde, na relação entre os custos e a utilidade marginal, procurar a causa e onde o efeito? Com esta pergunta há uma outra com uma relação tão próxima que é quase apenas uma forma diferente da mesma pergunta. Ou seja, a pergunta: que relações de causalidade existem entre o valor dos bens de produção (que é idêntico ao nível dos custos) e

o valor dos seus produtos (nos quais, de acordo com nossa teoria, a influência da utilidade marginal reflete-se inicialmente)?

A respeito deste assunto, que tratou menos explicitamente em seu primeiro tratado polêmico, Dietzel traz agora, em resposta à segunda pergunta do meu “Zwischenwort”, uma série de declarações positivas que são extraordinariamente características de sua concepção. Em primeiro lugar, volta-se, polêmicamente, contra a hipótese⁶ de que na relação recíproca entre o valor dos bens de produção e o dos produtos, a posição da causa deve ser atribuída a um elemento definido e a posição da consequência ao outro. Pelo contrário, ambos causam reciprocamente um ao outro. Cada um é a causa do outro.

Nenhum bem de produção tem valor econômico se seus produtos (bens dos consumidores) não valerem nada – objetos (forças ou materiais) inúteis e presentes em abundância. Assim o valor do produto aparece como a causa do valor dos bens dos produtores. Nenhum produto (bem dos consumidores) tem valor econômico se seu bem de produção (ou bens de produção) for sem valor – objetos (forças ou materiais) inúteis e presentes em superabundância. Assim, o valor do bem de produção aparece como a causa do valor do produto.

De fato, esta relação de causalidade recíproca supostamente existe em toda parte, não apenas no caso de bens sob concorrência e reproduzíveis, mas também no caso dos bens escassos ou monopolizados. O bem de produção vinhedos “Johannisberg”, por exemplo, deriva também seu valor do valor do produto vinho “Johannisberg”. Por incrível que pareça, entretanto, o produto “Johannisberg” presumidamente deriva seu valor do bem de produção vinhedos “Johannisberg”. Na realidade, a lei da *formação do valor* é supostamente a mesma para todas as categorias de bens. A diferença entre os bens sujeitos à concorrência e os bens monopoli-

⁶ DIETZEL. Zur klassischen Wert- und Preistheorie, p. 693.

zados supostamente só aparece na questão da *mensuração do valor*.

Primeiro, do conteúdo destes comentários, tenho o prazer de saber que Dietzel aceita um curso idêntico de causalidade do valor para os bens reprodutíveis e para os bens escassos, e reconhece uma lei uniforme da formação do valor para ambas as categorias de bens. Esta é inteiramente a nossa visão também. Entretanto, de fato é pertinente perguntar por que Dietzel faz uma aplicação tão diferente dos fatos idênticos. Se a relação de causalidade entre o valor dos bens de custo e dos produtos é declaradamente idêntica para ambas as categorias de bens, como Dietzel chega a definir os custos como a causa suprema e o regulador supremo do valor dos produtos no caso dos bens reprodutíveis, mas não também no caso dos bens escassos? Que não tenha feito isto no caso do último é certamente muito compreensível, porque os fatos da vida econômica, aqui, não permitem nem mesmo que surja algo parecido. Se, entretanto, os custos notoriamente não exercem um poder determinante sobre o valor dos bens escassos, e o próprio Dietzel admite explicitamente que também no caso dos bens reprodutíveis, não [358] existe nenhuma outra relação causal entre o valor dos bens de custo e seus produtos que não seja a do caso dos bens escassos, então não teria logicamente que também deixar de atribuir aos custos uma influência reguladora final no valor dos produtos no caso dos bens sujeitos à concorrência?

Dietzel certamente procura se ajudar através de uma distinção sutil entre a formação do valor e a mensuração do valor. As causas da lei da formação do valor são as mesmas para ambos os grupos. A medida ou o nível do valor, entretanto, são determinados para eles por diferentes causas. No caso dos bens escassos, por percepções subjetivas de utilidade; no caso dos bens sujeitos à concorrência, pelos custos.

Não é, entretanto, uma teoria dúbia a que recorre a outras causas para a determinação de um fenômeno além daquelas às quais o fenômeno deve sua existência? De fato, não há nenhuma causalidade de um fenômeno no abstrato, mas a mesma causa ou o mesmo

complexo de causas parciais concorrentes⁷ que trazem à existência um fenômeno sempre o trazem à existência com uma determinada força que corresponde à eficácia da causa. Não há duas causas separadas para o fato de que o fenômeno ocorre em geral e para o fato de que ocorre *como o faz*, não mais do que há fenômenos sem força ou qualidades. Porém, assim como uma força ou causa nunca opera no abstrato, mas sempre com uma força concreta definida, o fenômeno causado também recebe imediatamente, ao mesmo tempo, sua dimensão que corresponde à força da causa. O poder de atração da pedra para a terra causa (em conjunto com a resistência do ar, que poderia, de fato, ser um grande obstáculo para a ocorrência do fenômeno da queda, por exemplo, de um balão ou de uma pena!) não apenas o fato de que a pedra cai em geral, mas que cai com uma velocidade bem definida. A combinação de umidade e correntes de ar frio nunca faz com que chova meramente no abstrato, mas sempre causa uma chuva que corresponde em força ao conjunto de fatos que causam a chuva. Colorir um tecido com uma tinta azul não causa nunca que o tecido colorido se torne azul somente no abstrato, mas que necessariamente se torne azul em uma determinada tonalidade, e assim por diante.

Exatamente do mesmo modo, as causas às quais o valor deve sua origem nunca criam um valor sem magnitude, mas sempre também um valor de força e tamanho definidos. Utilidade e escassez, que, na realidade, de acordo com Dietzel também, são as causas da existência do valor, são sempre efetivas em grau definido. E nesse ponto já é também determinado que o valor de seu produto nasce com um tamanho definido. Pode-se não ficar satisfeito ao se dizer que o vinho Johannisberg tem valor porque é saboroso e raro, mas é óbvio que deve também o grau [359] de seu valor ao grau no qual as causas de sua existência estão presentes e operam. Seu valor é mais elevado porque o Johannisberg tem um sabor muito bom e é

⁷ Sob as quais, fatores que obstruem acham seu lugar tanto quanto os fatores que facilitam.

muito raro, e, sem dúvida, seria mais baixo se o Johannisberg fosse, com o mesmo bom sabor, menos raro ou, com a mesma raridade, fosse menos saboroso. Se Dietzel agora admite que as causas da formação de valor no caso de bens reprodutíveis são exatamente as mesmas que no caso do escasso e bom Johannisberg, então, em razão do que foi dito, é, no entanto, surpreendente, no mais alto grau, quando introduz bases heterogêneas de explicação para a medida do valor dos dois, medida essa que tem por base as mesmas causas!

No entanto, suas declarações que acabam de ser esboçadas contêm coisas que são ainda muito mais surpreendentes. Ou seja, a respeito da relação causal existente entre o valor dos bens de produção e o de seus produtos, Dietzel ensina com profundidade que ambos determinam reciprocamente um ao outro – o que, num certo sentido a ser explicado mais tarde, não está correto – e depois, no entanto, também que *cada um é a causa do outro*. De acordo com Dietzel, o valor do produto é a causa do valor do bem de produção e o valor do bem de produção é, por sua vez, a causa do valor do produto.

Se considerada no sentido literal, considero esta proposição um pecado mortal contra toda lógica científica. Circularidade flagrante na explicação é elevada a nada menos do que um princípio de explicação. Indagamos, por exemplo, sobre as causas do valor do bem “cortiças”. Qual é a resposta de Dietzel para nós? As cortiças têm valor porque a madeira de cortiça da qual são feitas tem valor. Ora, seguramente, no entanto, o valor da madeira da cortiça não é um óbvio fator determinante. Logo, devemos perguntar ainda: e por que a madeira da cortiça tem valor? Porque as cortiças que são feitas dela têm valor! Será que alguém irá considerar essa como uma explicação real do valor de ambos os bens? Ou será que alguém vai querer concordar com a proposição de que o único e mesmo fenômeno pode ao mesmo tempo preceder e suceder a um outro – preceder como sua causa e suceder como seu efeito⁸?

⁸ Para o leitor atento, dificilmente terei que observar

[360] Assim, é óbvio que a relação de causalidade entre o valor dos produtos e o dos bens de produção não pode ser aquele que Dietzel define com a fórmula da causalidade mútua. Entretanto, onde está o erro que conduz Dietzel a seu resultado logicamente impossível?

Isso pode ser descoberto muito rapidamente, se considerarmos os argumentos que Dietzel dá para sua alegação acima:

Nenhum produto (bem de consumo) tem valor econômico se seu bem de produção (ou bens de produção) não tiver valor – objetos (forças ou materiais) inúteis e presentes em superabundância. Assim, o valor do bem de produção aparece como a causa do valor do produto.

O que diria Dietzel à seguinte conclusão: “Nenhum verão ocorre que não tenha sido precedido por uma primavera; assim a primavera aparece como a causa do verão”? Esta conclusão é, obviamente, prematura: a premissa de que não há verão sem uma primavera que o preceda justifica apenas a afirmação de que ambos estão em alguma relação causal necessária, mas isso absolutamente não significa

que se deve, de fato, distinguir entre uma causalidade recíproca que supostamente ocorre literalmente entre dois fenômenos concretos definidos e uma que ocorre apenas entre dois tipos de fenômenos. A última forma de “causalidade recíproca” – que, no sentido estrito da palavra, de fato não pode ser assim chamada – é inteiramente concebível; a primeira, nunca. Por exemplo, a noz fruto do carvalho e o carvalho podem muito bem causar reciprocamente um ao outro no sentido que a árvore do carvalho vem de uma noz fruto do carvalho e uma noz fruto do carvalho vem, por sua vez, dela. Observe-se, no entanto: uma noz *diferente* da primeira. Ou a pobreza e a embriaguez podem causar reciprocamente uma à outra, no sentido de que, por exemplo, alguém bebe porque, devido a sua pobreza, gratificações mais nobres não lhe são acessíveis e, por sua vez, permanece pobre porque a embriaguez prejudica sua competência econômica. Naturalmente, entretanto, aqui a pobreza causada pela embriaguez é a pobreza de um período diferente, portanto, na conclusão, um fenômeno concreto diferente do da pobreza que causou a embriaguez. O argumento contrário de Dietzel encontraria sua réplica no argumento de que um carvalho é a causa da mesma cortiça que dele cresceu!

que o fenômeno precedente, a primavera, deva ser a causa do verão. Antes, pode ser apenas o caso de que os dois fenômenos inseparavelmente ligados sejam a consequência normal de uma terceira causa.

Ora, este é exatamente o caso do valor dos produtos e dos bens de produção. A causa real do valor dos produtos não é o valor dos bens de produção, mas o fato técnico que está por trás disso, ou seja, que os bens de produção não estão presentes em superabundância (ao que Dietzel alude com o adendo “objetos inúteis e presentes em superabundância”). Este fato – associado ao fato adicional, que de modo algum deve ser negligenciado, de que uma certa necessidade dos produtos em pauta se faz presente – causa o fenômeno, tanto para os bens, quanto para o produto, como para os meios de produção, de que a satisfação de um conjunto de necessidades depende deles, por isso adquirem valor. Não se pode dizer que o produto tem valor porque os meios de produção têm valor, mas apenas: o produto tem valor na mesma base factual na qual os meios de produção têm valor. E ainda, além disso, também é verdade o fato adicional de que a transmissão de valor para os meios de produção a partir dos fatos que, em última instância, causam valor ocorre apenas através do valor dos produtos. Não pode atingir o anterior se não atingir antes o último. A posição dos dois na relação causal não é a de paridade. Pelo contrário, o valor do produto estabelece uma ligação causal indispensável no surgimento do valor dos meios de produção.

Que este é o curso real da causalidade pode ser simples e definitivamente demonstrado através de um teste prático. Tal teste mostra, explicitamente, que os produtos podem, de fato, conservar seu valor, ainda que os meios de produção o percam. Entretanto, não é possível que os meios de produção conservem seu valor [361] quando seus produtos o perdem. Vamos imaginar por um momento que as pessoas se esqueceram de como fazer ferro a partir do minério de ferro. Sem dúvida, o minério seria, desse modo, degradado, tornando-se uma substância inútil e sem va-

lor. Entretanto, o valor dos utensílios de ferro existentes, previamente produzidos com o minério de ferro, desapareceria com ele? Longe disso! Provavelmente sofreriam um aumento considerável de valor.

Agora vamos inverter a suposição. Vamos imaginar por um momento que nós nos esqueceríamos do uso de todos os utensílios de ferro que, com isso, já não mais seriam úteis para nós. É óbvio que, no mesmo momento, não só todos os instrumentos de ferro, mas também todos os minérios dos quais se pode produzir o ferro perderiam seu valor. Ou um exemplo diferente. Nenhum homem prático duvidará do fato de que, por exemplo, através de compras forçadas de tijolos, será provocada uma subida no preço dos tijolos e, desse modo, como consequência, haverá uma subida no preço das ações das fábricas de tijolos. Entretanto, todo homem prático riria de alguém que, no sentido inverso, considerasse a compra forçada das ações da fábrica de tijolo como um meio eficaz de fazer subir o preço dos tijolos. No entanto, este meio teria que ser eficaz se, na realidade, como Dietzel afirma, o valor da fábrica de tijolos fosse a causa do valor dos tijolos, exatamente no mesmo nível em que o valor dos tijolos é a causa do valor da fábrica!

Acho que estes exemplos, que poderiam ser facilmente multiplicados, mostram suficientemente que a nova teoria Dietzeliana da paridade da causalidade mútua do valor dos meios de produção e dos produtos contradiz não apenas a lógica, mas também toda experiência factual. E haverá certamente muito poucos leitores inclinados a repetir com Dietzel a proposição de que o valor dos vinhedos Johannisberg é a causa do fato de que o vinho Johannisberg tem valor. Dietzel, conseqüentemente, também se afastou de modo considerável, com esta afirmação, da teoria clássica, que se incumbe de defender. Porque justamente os economistas clássicos ensinaram com a maior ênfase a proposição de que o “milho não tem preço elevado porque um aluguel é pago” (isto é, porque o bom uso da terra pelos produtores tem um valor),

mas “um aluguel é pago porque o milho tem preço elevado”⁹.

VIII – UMA ANALOGIA

Por si só, é uma tarefa ingrata discutir sutilezas. Torna-se duplamente ingrata quando a discussão sutil tem que se fracionar em muitos detalhes heterogêneos: ora sobre a escala de valores de Robinson Crusoe; ora sobre os diferentes significados [362] da palavra custo; ora sobre as diferenças entre valorações práticas e as explicações teóricas destas valorações; ora sobre a relação entre a formação do valor e a mensuração do valor; ora sobre o curso real da relação causal dentro de um grupo de fenômenos que se colocam numa associação da mais alta complexidade; e assim por diante.

De minha parte, ficaria feliz em ter evitado tanto as sutilezas quanto o fracionamento. Entretanto, não estava em meu poder evitá-los. Tive que seguir meu prezado oponente aonde me conduziu. Tanto mais tenho eu o desejo sincero, pelo menos ao final, de retomar o assunto do fracionamento para a unidade e da sutileza abstrata para a clareza gráfica. Quero tentar fazer isso através de uma analogia.

Uma locomotiva puxa uma quantidade de carros, vamos dizer quatro carros. Qual é a causa do movimento do primeiro destes carros, e qual é a causa da dimensão de sua velocidade? Acredito que todo leitor responderá sem hesitar: a causa é a locomotiva e sua velocidade. O carro se move porque a locomotiva se move, e se move rápida ou lentamente quando e porque a locomotiva se move rápida ou lentamente. E por que o segundo carro se move? Diretamente, porque o primeiro carro, ao qual está acoplado, o puxa; indiretamente, porque a locomotiva o puxa. E o terceiro e o último carro também se movem, diretamente, porque em cada caso o carro precedente o

puxa; indiretamente, porque a locomotiva o puxa. Considero que isso é claro e simples.

Ora, ainda assim alguém vem e nos diz que, no entanto, a questão, na realidade, se comporta de forma diferente. Isto é, se o segundo carro fosse parar, o primeiro carro, ao qual naturalmente está firmemente acoplado, não poderia se mover do lugar. Somente quando e porque o segundo carro se mover, poderá então o primeiro carro se mover e, na realidade, não mais rapidamente do que o anterior. Consequentemente, a verdadeira causa do movimento e da velocidade do primeiro carro deve ser buscada no movimento e velocidade do segundo carro. Do mesmo modo, o segundo carro encontra a causa e a medida de sua velocidade no movimento do terceiro carro. O terceiro, no movimento do último carro. E o último carro? Para este, naturalmente, deve-se admitir que, por sua vez, é posto em movimento pela locomotiva.

O que vamos responder a este alguém? Creio que iremos, muito secamente, apresentá-lo à lógica e aos fatos. À lógica: porque se admitimos que o último carro é posto em movimento pela locomotiva, e se se admite ainda que é posto em conexão com a locomotiva e sua energia indutora do movimento somente através dos carros alinhados à sua frente, então é claro como o dia que o carro que vem depois não pode puxar o carro que vem antes, mas que o sentido contrário de causalidade é que é o real. Aos fatos: deve, na verdade, fazer o teste. Se desacoplar o último carro, os outros [363] carros continuarão, no entanto, movendo-se. Entretanto, se desacoplar a locomotiva, todos pararão imediatamente.

Assim, acredito que nessa analogia eu tenha dado uma imagem absolutamente exata da visão dos teóricos do valor marginal, por um lado, e da de Dietzel, por outro. A locomotiva simboliza necessidades, ou seja, a utilidade marginal. O primeiro carro simboliza o produto final pronto para o consumo. O segundo, os bens de produção ou bens de custo. Os seguintes, os bens de produção ou bens de custo situados mais atrás. O acoplamento, o fato de ser reproduzível.

⁹ RICARDO, David. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. London: John Murray, 1821. Cap. 2.

O movimento, o valor. A velocidade, a dimensão do valor. A nossa locomotiva utilidade marginal pôs tudo em movimento, os primeiros e os últimos carros; e, seguramente, o último sempre por meio do primeiro. A respeito do movimento do terceiro carro, por exemplo, dizemos que a locomotiva o puxa por meio do primeiro e do segundo carros. E esta concepção Dietzel chama de desnatural, artificial, um *jeu d'esprit spirituel* supérfluo, “um terrível desvio”!

Ao contrário, pretende representar o modo natural de conceber a questão, já que tem o valor do produto determinado pelo valor dos bens de custo; estes, por sua vez, determinados pelo valor de seus bens de custo, e assim por diante; mas o valor dos bens de custo finais, determinados pelas necessidades da utilidade marginal. Em termos da analogia: quando tem o primeiro carro movido pelo segundo; o segundo, pelo terceiro; o terceiro, pelo último carro; mas o último carro movido pela locomotiva! E, por cima de tudo, acrescenta ainda a declaração de que os carros se movem mutuamente um ao outro – ou seja, não apenas que o quarto carro move o terceiro, mas também que o terceiro carro move o quarto – e agora, ainda com mais ênfase, a declaração adicional de que o regulador “final” do movimento inteiro do valor não é a locomotiva utilidade marginal, mas o último carro – os custos!

Podemos, no entanto, levar a analogia com a utilidade adiante. Inegavelmente, o peso dos carros atados atrás, até mesmo o último deles, por exemplo, tem uma influência causal na velocidade e no movimento da locomotiva em si. Se o peso for grande, a velocidade da locomotiva – e com ela a dos carros – será baixa. Se o peso for excessivamente grande, não haverá possibilidade de qualquer movimento. Assim, temos que observar um fator relevante com respeito aos *carros* que realmente influencia causalmente a velocidade de todo o trem – da locomotiva e de cada carro. Entretanto, este fato nos dá o direito de afirmar que a *velocidade* do último carro é um fator causal da velocidade da locomotiva e dos carros à frente? De que a locomotiva viaja rápida ou lentamente por-

que o último carro viaja rápida ou lentamente? É óbvio que não! Não devemos confundir o *peso* do carro com sua velocidade. O peso é, de fato, um fator causal. Entretanto, mesmo como tal, de modo algum opera como o único e determinante fator da velocidade, mas apenas como *um* fator junto com o no mínimo igualmente importante fator “energia da locomotiva”. [364] Mas a *velocidade* do último carro não é, de modo algum, a causa, mas o efeito.

Ora, o que na ilustração é o peso do último carro, distintamente de sua velocidade, são no mundo econômico as condições técnicas ou factuais dos bens de custo, distintamente de seu valor. Se a oferta de bens de produção é tão grande que, no atual grau de técnica de produção, uma grande quantidade de produtos pode ser obtida a partir deles, então, em face de um determinado estado de necessidades, a utilidade marginal e, com ela, o valor do primeiro e de todos os seguintes estágios no processo de produção, virão a ser relativamente pequenos. Se a oferta em relação às necessidades é superabundante, então a utilidade marginal ficará em zero e não figurará valor algum. Mas este conjunto de circunstâncias – perfeitamente análogas – é suficiente para justificar que se apontem como causa do valor apenas as *condições factuais* relevantes referentes à produção e aos meios de produção – e, certamente, nunca como a única causa ou um regulador autossuficiente do valor, mas sempre como somente uma causa parcial do valor, juntamente com o estado dos desejos. O *valor* dos bens de custo, por outro lado, é, em toda a situação, até onde tenhamos pesquisado até agora, não de causa, mas de efeito.

Entretanto, vamos, finalmente, dar um passo adiante. Nosso trem de ferro da locomotiva e quatro carros não se move por si mesmo. Em vez disso, seu último carro é acoplado a um outro trem de ferro viajando no sentido oposto. E assim é movido para trás pela locomotiva do último trem unido na extremidade oposta. Agora, qual é a relação causal do movimento e da velocidade dos quatro carros de nosso primeiro trem? Agora, certamente, o que foi antes o “primeiro” carro move-se porque “o

segundo” o puxa. Este, porque o “terceiro” o puxa. E o terceiro carro, porque o “último” o puxa. Entretanto, de novo é claro como água que o último carro de modo algum determina como causa final ou por sua própria força o movimento dos carros precedentes, mas que, atuando meramente como causa mediadora, transmite o movimento transmitido a ele pela locomotiva do segundo trem que está a ele aco-
plado.

Aqui, temos a simbolização completa do caso, tão frequente na prática, na qual a “lei dos custos” realmente se aplica – claro, aplica-se apenas no sentido que atribuímos a ela, e não no sentido de Dietzel.

Especificamente, temos a imagem do caso em que um bem de custo serve não apenas na produção de um único tipo definido de produto, mas possui vários empregos e deriva sua utilidade marginal e valor de um desses outros empregos. Então, como nós, teóricos de valor marginal, demonstramos e explicamos expressamente, o valor de cada um dos tipos de produtos “relacionados com a produção”, por exemplo, trilhos de ferro, pregos de ferro, painéis de ferro, armas de ferro, etc., não é mais determinado de forma independente pela utilidade marginal que o tipo de produto em causa [365] teria se não se permitisse que fosse reproduzido a partir de um bem de custo comum. Pelo contrário, a utilidade marginal do menos valioso dos produtos relacionados, o “produto marginal”, imprime seu caráter em todos os membros da comunidade de produção, nos bens de custo como nos produtos finais prontos para o consumo e, com certeza, no último através do intermediário do primeiro.

A locomotiva do segundo trem conecta-
do – a utilidade marginal do produto marginal – de forma absolutamente normal põe em movimento o primeiro carro deste trem. O primeiro carro, o segundo. O segundo carro, o terceiro; e assim por diante, até que o movimento venha ao carro que medeia a conexão dos dois trens unidos um ao outro em posição oposta, ao último carro do primeiro trem, ao bem de custo comum. Daqui em diante, o movimento é para trás em seu curso. É transmitido através

do último carro para o próximo do último carro; do próximo do último carro até o terceiro a partir do último carro, e assim por diante até à locomotiva propriamente – a utilidade marginal do produto final relacionado com a produção – que também deve se conformar em seu movimento e velocidade à locomotiva do outro trem, que é o condutor. O que conduz e se move aqui é sempre uma locomotiva, sempre uma utilidade marginal. E o muito discutido último carro, os custos, pode puxar ou mover algo somente quando de fato não é o último carro, mas está no meio entre dois trens, que serve para conectar. Que fique de fato como o último carro, desfaça-se a conexão, elimine-se o emprego multifacetado do bem de custo e, no mesmo momento, seu papel de condutor chega ao fim – na analogia e na realidade!

Aqui se encontra o que é negligenciado por Dietzel e por todos os seus antecessores na teoria do custo. Veem apenas uma parte do fenômeno – de que a metade do trem andando para trás é puxada por seu “último” carro – e em generalização prematura atribuem aos custos a energia derivada, na verdade, da outra metade do trem, como se essa energia pertencesse aos próprios custos. Os antecessores de Dietzel, aqui, não merecem outra censura senão a de que simplesmente não fazem concessão para um determinado fato que não viram. O erro de Dietzel, no entanto, é categorizado. Porque Dietzel já sabe, e de vez em quando até reconhece explicitamente, que os “custos”, isto é, o valor total dos bens de custo, são determinados pela utilidade marginal do produto marginal. A fim de ser capaz, no entanto, de manter sua tese do poder dos custos como determinante final do valor, deve, então, mais do que simplesmente, ignorar os fatos. Precisa contradizer fatos reconhecidos e suas próprias declarações. Ou então, para não os contradizer ao menos abertamente, tem que recorrer a distorcidas construções artificiais dialéticas cheias de truques mágicos.

Estas são o símbolo, por assim dizer, de toda a doutrina de Dietzel. Encontramos o mesmo espírito alternadamente em diferentes formas. Ora quando Robinson Crusoe na sua

escala de valores baseia seu juízo de valor *in concreto*, na realidade sobre a utilidade marginal dos bens de custo, mas [366] *in abstracto* novamente o evita. Ora quando Dietzel, em sua descrição da formação de preços, não tem apenas as diferentes pessoas chegando ao mercado, mas também uma única e mesma pessoa, momentaneamente emprega princípios opostos de valoração¹⁰. Ora quando recorre a diferentes causas e leis para a “formação de valor” e “mensuração do valor”. Ora quando – por fim, mas não menos importante – no mesmo instante o valor dos produtos é explicado como causa do valor dos bens de custo, e o valor dos bens de custo, por sua vez, como causa do valor dos produtos.

Exatamente esta última declaração é significativa no mais alto grau. Não sem razão, em meu “Zwischenwort” eu havia convidado Dietzel para se explicar mais claramente a respeito da relação causal entre o valor do custo e o valor do produto – o que, certamente, é um critério para toda a concepção do objeto do desacordo. Ademais, confesso que estava muito ansioso pela resposta de Dietzel. Será que iria explicar o valor dos bens de custo em princípio como o principal membro de causalidade? Então, estaria em contradição com a proposição, já admitida por ele, de que o valor dos bens de custo é determinado por sua utilidade marginal. Ou iria explicar o valor dos produtos mais importante segundo a causalidade? Então teria que se retratar de sua proposição da “determinabilidade” dos custos e, com ela, toda sua polêmica contra nós. Bem, Dietzel não conseguiu se retratar de nada, nem da dominância dos custos pela utilidade marginal nem

da determinabilidade dos custos. Entretanto, a fim de não ter que se retratar de nada, teve que fazer nada menos do que uma fabricação como aquela das duas árvores, sendo cada uma a mais alta, dos dois corredores onde cada um é o mais rápido, de duas horas onde cada uma corresponde a mais cedo, e de dois valores causalmente conectados onde cada um pode ser a causa.

Dietzel, uma vez, admitiu com imparcialidade louvável que todos os numerosos ataques que tinham sido dirigidos contra a teoria da utilidade marginal, até o momento, por Neumann, por Scharling, por Schäffle, entre outros, permaneceram ineficazes¹¹. Espero ter despertado a impressão de que, em sua tentativa de levar a adversária teoria do custo à vitória contra a teoria da utilidade marginal, Dietzel foi igualmente mal sucedido. Será que talvez um futuro defensor da teoria do custo terá mais sucesso?

[367] Ouso profetizar o oposto com segurança. Já se passou o tempo em que se podia ingenuamente ensinar a teoria do custo sem se envolver em explicações mais precisas com respeito, em particular, à origem do valor dos bens de custo e às leis que determinam sua magnitude. Quem quer que comece, no entanto, a realmente explicar, em vez de simplesmente afirmar, vai encontrar todas as pedras da lógica e dos fatos em seu caminho, nas quais a explicação de Dietzel encalhou. E poderá aplicar a arte da navegação e da direção o quanto quiser que só vai encontrar o caminho de saída do labirinto das pedras por nenhum outro sinal que não seja aquele que nós, teóricos do valor marginal, buscamos e encontramos. A verdade pura e simples certamente é a que fica, que é em última análise a locomotiva que puxa o último carro e não o último carro que puxa a locomotiva! ∞

¹⁰ DIETZEL. Zur klassischen Wert- und Preistheorie, p. 696 ss. 49. “Somente a valoração subjetiva dos vendedores reside diretamente nos custos de produção; a dos compradores, por outro lado, na utilidade”. [...] “Uma vez que o bem a ser comercializado tenha sido trazido ao mercado, a valoração da utilidade toma o lugar da valoração do custo *enquanto durar a transação de mercado* (até mesmo para os vendedores)” [...] “Com preços que sobem e descem, a valoração da utilidade pelos vendedores sobe e desce”. Compare acima, p. 37 s. [343 s].

¹¹ DIETZEL. Die klassische Werttheorie und die Theorie vom Grenznutzen, p. 572, 578.